

Resumo

A surdez é uma grande invenção. Não estou me referindo aqui à surdez como materialidade inscrita em um corpo, mas à surdez como construção de um olhar sobre aquele que não ouve. Para além da materialidade do corpo, construímos culturalmente a surdez dentro de distintas narrativas associadas e produzidas no interior [...] de campos discursivos distintos. (LOPES, 2007, p. 7)

Iniciamos a discussão, proposta aqui* , com a afirmação de Maura Lopes que representa a construção social que foi feita sobre o sujeito surdo, colocando-o para além da falta de audição e/ou deficiência. Esta proposta se contrapõe aos discursos clínicos/terapêuticos por levar as discussões sobre os surdos para além dos consultórios médicos, dando visibilidade ao discurso desses sujeitos enquanto uma comunidade que partilha de uma identidade em comum. São as novas propostas de paradigmas, rompendo com as dezenas de séculos de enfermidade auditiva. Podemos dizer que não é fácil este rompimento, já que ele necessita superar toda uma construção discursiva que vê as chamadas minorias (negros, surdos, homossexuais, etc.) como “despossuídores” de algo.

* – Artigo inspirado na monografia de conclusão de curso de Especialização em Educação de Surdos intitulada “Identidades Fronteiriças: Entre Surdos e Ouvintes, o não lugar do D.A.”, escrita por Gilmara Mariana Cecílio, orientada por Camilo Darsie de Souza.

Uma das questões que se apresentam, é o fato de que muitos termos usados para descrever essas ditas minorias, são compreendidos a partir da própria visão do sujeito, estando este numa posição etnocêntrica em relação aos demais sujeitos envolvidos no processo, como, por exemplo, o ouvinte sobre o surdo. É o meu olhar crítico conceituando, definindo e diminuindo o outro.

Entendendo etnocentrismo a partir do conceito de Rocha, como:

Etnocentrismo é uma visão de mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc. (1989, p. 7)

Mas pensamos que se torna interessante observar – sem a intenção de se fazer qualquer julgamento moral – que não são somente grupos de sujeitos ouvintes que se utilizam do conceito de “etnocentrismo” para definir o outro; os sujeitos surdos também o fazem, formando um conceito a respeito do outro, a partir de sua própria realidade e vivência.

Explicando melhor, o surdo descreve, muitas vezes, a cultura surda como algo protegido por fronteiras muito bem delimitadas, não enquadrando dentro deste conceito outros posicionamentos identitários que podem estar combinados com a materialidade da surdez. Para muitos ouvintes o conceito de surdo/surdez é muito diferente. Para quem ouve, e não possui certa proximidade no que se refere à comunidade surda, todos os demais (fora dele) são deficientes auditivos, formando assim, um conceito de ouvinte que engloba todos aqueles que ouvem bem, não usam aparelhos, se comunicam com linguagem oral, etc. Onde enquadrar então, aqueles indivíduos que permeiam essa bipolaridade (surdo/ouvinte) mas não são abarcados pela mesma? Essa pequena questão só faz refletir sobre a necessidade de se analisar o tema a partir do borramento das fronteiras identitárias

que separam surdos de ouvintes.

Dentro desta colocação, destaca-se ainda a “linguagem do politicamente correto,” forma/meio/mecanismo usado para amenizar o que é chamado de denominações negativas ao falarmos de um determinado sujeito – neste caso o surdo. “[...] (pessoas portadoras de deficiência, alunos com necessidades educacionais especiais, portadores de deficiências, etc.) não apenas as nomeia, mas, antes, as constitui como pessoas de um certo tipo” (Campos, 2006, p. 1).

O objetivo dessas novas terminologias seria substituir os velhos chavões usados; por termos não carregados de pré-conceitos. A autora é muito feliz na análise destas terminologias, pois conduz uma discussão interessante do que, na prática muitas vezes ocorre, lembrando que alguns termos acabam por reforçar essas representações negativas que tanto buscaram combater.

A autora ainda argumenta que, estes discursos e representações tanto inventam/disciplinam quanto normalizam as pessoas com deficiência, já que procuram posicioná-las como sujeitos normais/dentro dos padrões. É possível dizer que, cada sociedade se sente autorizada a falar das pessoas com deficiência através da sua “verdade”. Uma “verdade” que é atravessada por inúmeros discursos que os constituíram ao longo do tempo, como é o caso dos discursos religiosos, médicos, psicológicos, da mídia, dentre tantos outros, que se sentem autorizados e com legitimidade para falar deles. (Op. Cit)

Cabe salientar que o discurso de uma época ajuda a construir o termo que representa o sujeito naquele momento. O mais importante, e sabido por pesquisadores, é o fato de que as determinadas terminologias atribuídas aos sujeitos nunca são atemporais, elas sempre sofrerão mudanças provindas da própria transformação da sociedade e das novas representações/discursos/terminologias criadas.

As representações hoje dadas aos ouvintes pelos surdos e a representação dada aos surdos pelos ouvintes, podem ser, muitas vezes estereotipadas, distorcidas e fragmentadas.

A representação é um negócio complexo e, especialmente quando se trata da “diferença”, implica sentimentos, atitudes e emoções e mobiliza medos e ansiedades no expectador, em níveis mais profundos do que podemos explicar de uma forma simples do senso comum. É por isso que precisamos de teorias – para aprofundar nossa análise. (HALL, 1997, p. 226)

Dentro destes conceitos e representações criadas a partir da linguagem uma gama de questionamentos flutua, entre eles, por exemplo: como podemos visualizar esta representação? Em sua grande maioria, ela é visualizada de forma binária, em dois pólos antagônicos com um vão fazendo a divisa entre elas. Como salienta Hall, os sujeitos são “frequentemente expostos a esta forma binária de representação”. Onde se é bom ou ruim, bonito ou feio, rico ou pobre, surdo ou ouvinte. Muitas vezes os conceitos não englobam nuances cinzas, somente o “branco e o preto”.

Novamente Hall nos dá a resposta da validade dessa binariedade propagada, “[...] embora as oposições binárias [...] tenham grande valor de captura da diversidade do mundo, elas também são uma forma um tanto tosca e redutiva de estabelecer significados.” O que vemos na teoria são os parâmetros máximos (a grosso modo), quando na prática temos uma linha tênue que vai de um extremo ao outro em transformação. Desta forma percebe-se que entre o branco e o negro, entre o pobre e o rico e, principalmente, entre o surdo e o ouvinte, existe uma infinidade de pessoas e identidades, ora mais próximas de um extremo, ora mais próximas do outro.

Lembrando Bauman, “Não importa o quanto se tente, a fronteira que separa o “produto útil” do “refugo” é uma zona cinzenta: um reino de indefinição, da incerteza – e do perigo.” (2006, p.39)

Fazendo uma analogia a esta divisão, poderíamos dizer que não importa o quanto se tente, a fronteira entre surdos e ouvintes não é rígida, mas sim povoada de incertezas, meio-termos, elasticidade e tensionamentos.

Para que essa fronteira demarcatória seja compreendida como não rígida, é preciso entender que cada grupo ocupa um determinado território, e que este território é complexo, envolvendo relações humanas e relações de poder; citando Darsie (2006, p.181):

[...] o território como um campo de forças que ocorrem devido a sua complexidade. A idéia de complexidade se constituiu a partir do entendimento de que as relações humanas, bem como as relações de poder, estão no centro de determinadas situações [...].

Não esquecendo ainda que, “territórios podem ser considerados como relações sociais que são projetadas no espaço material e, portanto, são **instáveis****.” (Op.Cit)

** – Grifo nosso.

Analisando esses territórios e os grupos que os compõem, vemos que em ambos os conceitos o outro é sempre visto a partir de si próprio e, a partir de suas próprias concepções, em geral numa análise superficial e excludente. O que se torna importante conhecer é, quais as ideias sobre o conceito de cultura e identidade que estão sendo empregadas nesses grupos (surdo e ouvinte) e como, de fato, este conceito (e estes espaços) são tensionados por discursos e outros termos; onde e como encontraremos os sujeitos surdos ou não dentro dessa prática de conceituação.

As diferenças existentes entre surdos e ouvintes podem ser vistas por vários prismas: a análise clínica, os aspectos culturais – principalmente a língua – a visão social, a formação de comunidades, etc... Vamos primeiramente perceber a diferença. Como sinaliza Hall (1997, p. 230) “a diferença tem sido marcada [...] A diferença significa. Ela “fala”.” Na análise entre surdos e ouvintes, este fator é bastante perceptível, tanto clinicamente como socialmente e culturalmente***. O autor fez um estudo bastante abrangente sobre a representação da diferença, em especial da diferença racial vista através do estereótipo. Essa mesma análise encaixa-se perfeitamente para pensarmos os discursos e representações sobre/de surdos e ouvintes. “É bom não esquecer, no entanto, que o que é dito sobre a diferença racial poderia igualmente ser aplicado em muitas instâncias a outras dimensões de diferença, tais como o gênero, a sexualidade, a classe e a incapacidade.” (p. 225)

*** – Embora clinicamente ela possa significar deficiência como já foi dito anteriormente.

A LÍNGUA COMO FERRAMENTA DE PODER

Em outras palavras, existe uma “materialidade surda”, mas isso, por si só, não faz sentido. Aliás, nenhuma materialidade carrega, em si mesma, algum sentido. No caso das pessoas surdas, é em ressonância com essa materialidade “não-ouvinte” que os sentidos de surdez vão sendo construídos e inventados discursivamente, num campo de lutas por significação e reconhecimento social. (VEIGA-NETO in: THOMA, 2006, p. 8)

A língua e o uso de uma linguagem são as principais formas de acesso ao mundo. A língua permite a conversação, troca de idéias, aquisição de conhecimento e interação entre as pessoas. Compreender uma língua, possuir uma linguagem é ter acesso ao poder em nossa sociedade; além de nos identificar enquanto pertencentes a um determinado grupo. Falar uma determinada língua é expressar através dela toda a gama de significados em que aquele grupo social e/ou cultural está imbuído; o próprio Hall deixa clara tal ideia ao dizer que “A língua é um sistema social e não um sistema individual”. (2006, p. 40)

Para os surdos em geral, o uso da Libras – Língua Brasileira de Sinais – também os afasta da obrigatoriedade de construir uma fala oralizada ou de utilizar a Língua Portuguesa como comunicação principal, o que é muito desgastante para quem não ouve. Substituir o Português pela Libras, é facilitar o aprendizado e a compreensão do indivíduo surdo, visto que se darão de forma visual abandonando a forma mentalizada de “decodifica” de fonemas, sílabas e palavras que o surdo não tem na memória auditiva como o ouvinte. No entanto, mais importante do que isto, é dar poder à língua. Ginzburg (1987, p. 113) chega a dizer que a capacidade de dominar e transmitir uma cultura é uma fonte de poder; como a língua faz parte da cultura de um grupo, pode-se dizer que transmitir uma língua é ampliar o poder desse grupo.

Ronice Quadros (2006) ao discutir as políticas lingüísticas destaca que os valores políticos marcam a educação de surdos e que no Brasil ainda se acredita que há uma única língua. Salienta que “Os surdos brasileiros resistiram à tirania do poder que tentou silenciar as mãos dos surdos, mas que, felizmente, fracassou neste empreendimento autoritário.” (QUADROS, 2006) E continua com a defesa do uso de Libras, “A língua de sinais brasileira é visual-espacial representando por si só as possibilidades que traduzem as experiências surdas, ou seja, as experiências visuais.” A autora deixa clara a importância dessa língua para os surdos em todos os sentidos, derrubando a ideia de que é uma língua limitada e destacando o quanto a língua contribuiu para a formação da identidade surda. Para ela, “existe uma relação de poder instituída entre as línguas que reforçam a dicotomia língua de sinais e língua portuguesa [...]” destacando que para os surdos a Libras é vista como primeiro elemento, ou seja, o mais importante.

Ricardo Martins (in: THOMA e LOPES 2004, p. 204-205) chega a dizer: “Sem língua não existe nem os surdos nem o modo de ser, cultural, surdo. Existiriam apenas deficientes auditivos.” E segue com uma boa afirmação em defesa da língua, “[...] não é simplesmente o nível de audição que vai definir quem é surdo ou deficiente auditivo.” (Op. Cit.) É importante destacar neste contexto o movimento surdo intenso para garantir seus direitos de acesso na sociedade através dessa língua, isso é percebido na exigência de intérpretes, por exemplo. Além da defesa de Libras, busca-se relacionar a língua com poder e conhecimento, Ladd in: Quadros (2006),

Recoloca as prioridades em relação aos estudos das línguas de sinais a partir da perspectiva surda. Os surdos querem entender suas origens, buscar explicações de como se constituiu a sua língua. Como afirma Ladd [...], se entendemos que um povo se torna des-colonializado quando estabelece seus próprios interesses, planeja seu próprio futuro, precisamos nos perguntar quais são as prioridades que estamos apresentando para as nossas investigações. Os surdos querem saber da própria língua no sentido de desvendar a sua constituição no passado e no presente.

Existe um peso ideológico (poder) por trás do uso de uma língua como forma de comunicação, este peso hoje dado ao Português foi historicamente construído, visto que não é a língua de comunicação do Brasil colônia (como muitos pensam). Assim como o Português foi sendo imposto como domínio e acabou por dar identidade ao povo brasileiro; a Libras hoje é uma língua que precisa ser construída diariamente por seus usuários que enfrentam a difícil tarefa de dar visibilidade e importância a ela. Mesmo sabendo que é usada pela grande maioria dos sujeitos surdos, esta língua ainda enfrenta barreiras para ser aceita pela sociedade ouvinte, pois dar visibilidade à mesma é dar significado a tudo que ela representa. O que em termos de poder, discurso e ideologia não é bem aceito por muitos ouvintes em nossa sociedade. Conhecimento é poder, dominar e utilizar uma língua é ter acesso a este poder. O que parte do mundo ouvinte tenta, é limitar este acesso do mundo surdo, seja por preconceito, por falta de informações ou por domínio do considerado diferente. A língua e a linguagem são elementos fundamentais nos discursos, na ideologia, na sociedade e na formação de uma identidade, seja ela coletiva ou individualizada.

A linguagem transforma o processo da tradição social.[...] A linguagem é mais do que um simples veículo da tradição social. Ela afeta o que transmite. O sentido socialmente aceito de uma palavra (ou outro símbolo) é quase necessariamente algo abstrato. (CHILDE, 1988, p. 14-15)

A questão do surdo/surdez vem sendo atravessada por diferentes discursos, muitos dos quais considerados cientificamente embasados e aceitos como verdades absolutas. Estas significações que vão sendo utilizadas ao longo da história por diferentes pessoas, estão imbuídas de pequenos discursos, jogo de poderes, marcas e representações. Como estes discursos exercem um papel central e normativo das práticas sociais, eles norteiam o pensamento que produz poder e controle na sociedade. Discurso é poder, discurso embasado é poder controlado voltado para determinado caminho, difícil de ser desconstruído, impossível de ser silenciado.

Conforme Hall em seu texto, O espetáculo do outro, se referindo a Gramsci e Foucault:

O poder envolve conhecimento, representação, idéias, liderança e autoridade cultural, bem como constrangimento econômico e coerção física. Eles teriam concordado que o poder não pode ser capturado pelo pensar exclusivamente em termos de força e coerção: o poder seduz, solicita, induz, conquista o consenso. (1997, p. 261)

Complementando com Darsie em referência à Foucault:

[...] Já que nenhum discurso ou prática social está isenta de relações de poder.[...] em todas as sociedades existem múltiplas relações de poder provenientes, também, dos discursos que circulam nessas sociedades. Esses discursos atravessam o corpo social, caracterizando-o e constituindo-o. (2006, p. 27)

Em outras palavras, ter poder é ter visibilidade, obter mesmo que não de forma totalitária, o consenso de um discurso. Representar aquilo que se quer, da forma como se deseja apresentar. Este parece ser um dos “nós” quando se relaciona poder e representação. Ainda que o poder circule e possamos encontrá-lo em toda parte, a forma como as relações sociais são envolvidas por ele, reflete na forma como as pessoas atuarão em suas comunidades, ora representadas como dominantes e ora representadas como dominadas.

A sociedade posiciona o sujeito surdo de acordo com o discurso.

Imbricada em relações de poder, a educação de surdos vem sendo pensada e definida, historicamente, por educadores ouvintes, embora possamos encontrar em alguns tempos e espaços a participação de educadores surdos. Porém, estes educadores, que militam pelo direito de ser como são, questionando suas constantes submissões a práticas de normalização, são sujeitos também produzidos culturalmente e constituídos por traços identitários que os aproximam enquanto surdos, mas que por vezes os afastam em aspectos como gênero/sexualidade, etnia, condições econômicas e outras. (THOMA, 2006, p.9)

Estas relações de poder são determinantes para compreender melhor como a educação, as relações sociais, o trabalho, o uso de uma língua, as relações afetivas, etc., estão em constante disputa, tensionamento e negociações. E tanto o surdo como o ouvinte se encontram engrenados neste sistema e nesse jogo de representatividade. Por isso a disputa pelo poder envolve tanto a formação de discursos coesos e a tentativa de usar a língua como instrumento para se alcançar este poder.

Mas, quem são os criadores destes discursos? Arriscamo-nos a dizer que toda a sociedade, incluindo os próprios sujeitos. No momento em que defendem a cultura surda, em práticas sociais e nas fronteiras identificáveis; eles impõem uma nova normalização às avessas. É o etnocentrismo tão

longamente usado pelos ouvintes, visto agora dentro do discurso surdo. É o ver o outro a partir do meu olhar que o coloca abaixo de mim, inferior. Esse “olhar” é a materialização de uma ideologia* crescente, que vê dois blocos completamente opostos: ouvintes versus surdos.

* – Aqui entendida por um conjunto de idéias que aparece na sociedade como um todo, e age como um elemento desintegrador da diferenciação social.

Em todos estes momentos de discussão cultural percebe-se a existência de uma cultura surda e uma cultura ouvinte; ambas utilizando a sua própria língua como principal instrumento de poder.

A LÍNGUA COMO ARTEFATO CULTURAL

[...] proponho olhar a surdez de outro lugar que não o da deficiência, mas o da diferença cultural.[...] desloco meu olhar para o quê os próprios surdos dizem de si [...] de se verem e de quererem ser vistos como sujeitos surdos, e não como sujeitos com surdez. (LOPES, 2007, p. 9)

Esta diferença de olhar provoca uma nova dimensão do ser surdo e, coloca a surdez como um marcador cultural. A comunidade surda demonstra que a língua de sinais também é vista como ferramenta, “A língua de sinais é, para ambos os casos, um meio eficaz para resolver a questão da oralidade dos surdos, [...]” (SKLIAR, 2005, p. 10)

Ferramenta esta que busca marcar a posição do sujeito surdo. A língua de sinais juntamente com as experiências visuais, a comunidade surda e as identidades surdas, abarcam o conjunto de diferenças dos surdos em relação aos demais grupos de sujeitos, segundo o próprio autor.

É preciso discutir quando se analisa o sujeito cultural surdo, a importância da língua como marcador de uma cultura. Como um dos principais elos que ligam o sujeito a uma determinada identidade, a mesma forma de comunicação. De acordo com Lacan citado por Hall (2006, p. 37); “A formação de eu no “olhar” do Outro... inicia a relação da criança com os sistemas simbólicos fora dela mesma e é, assim, o momento da sua entrada nos vários sistemas de representação simbólica- incluindo a língua, a cultura e a diferença sexual.” Neste momento vemos a aprendizagem da língua como fator de formação do próprio eu, no caso de surdos isto pode significar que a aprendizagem e o uso de Libras ajuda a constituir o sujeito surdo cultural.

Fazendo alguns comparativos extras sobre o tema, é possível relacionar a língua de sinais como um artefato cultural do surdo. Recordando Darsie (2006, p. 29) que faz uma análise sobre artefatos culturais com base em Du Gay,

[...] é cultural também porque é constituído, por nós, como um objeto significativo. Pode-se dizer também que ele é cultural porque está ligado a um conjunto particular de práticas sociais, específicos de nossa cultura e a determinados modos de vida.[...] Outra questão que torna algo em um objeto cultural, assim como o walkman analisado por Du Gay, é o fato de ele ser frequentemente representado nas nossas linguagens visuais (sejam elas escritas ou imagéticas) e nas mídias.

O que o autor traz pode ser enquadrado na mesma discussão feita sobre a língua de sinais. Ela torna-se um artefato cultural na medida em que é considerada significativa, ligada a um conjunto de práticas sociais e a um grupo que a utiliza, faz parte da cultura surda e é representada visualmente pelos seus usuários, além de ser reconhecida pelos demais grupos sociais como a “língua dos surdos”. Silva (2000, p. 10) acrescenta, “Existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa.”

Esta discussão também retoma a questão da identidade, lembrando que a mesma não nasce com o sujeito, e de acordo com Hall (2006, p. 38) “Assim a identidade é realmente algo formado, ao longo

do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento.” Se o ser humano constrói sua identidade de acordo com as suas vivências, experiências, grupos sociais e discursos com os quais convive; é de concluir-se que fatores como língua, cultura, família, amigos, escola, religião, etc... vão ter uma influência direta em sua identidade, cruzando as informações e estes mesmos discursos inúmeras vezes. E que as experiências visuais e a língua de sinais vão fazer parte constante da identidade surda, tornando-se com isto um ponto de coesão, quase um dogma de partida desta identidade surda.

Quando se estuda identidade cultural de um grupo, sempre se parte da premissa que a mesma é formada a partir de uma cultura nacional, que nos agrega, nos identifica e nos assemelha enquanto indivíduos pertencentes ao mesmo espaço-tempo-sociedade. É claro que sabemos que isto não está efetivamente no nosso corpo, não está no nosso complexo sistema biológico ou neurológico, mas seu poder de identificação criou em cada um de nós um sentimento de identidade, de fazer parte, de sentir-se abarcado por esta unidade.

A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. (HALL, 2006, p. 49)

Esta observação do autor complementa a ideia de que existe um fio condutor que liga nossa concepção de pertencimento a uma cultura nacional. Salientando que a mesma formação cultural está ligada a criação de padrões sociais, como uma forma de se posicionar mais uniforme na sociedade, ao uso da língua predominante, ao sistema de ensino padrão, a uma vestimenta nos moldes da moda, as gírias correntes, aos hábitos em voga, etc... Estes padrões, funcionam como um sistema de representação, neste caso citado acima, da cultura nacional. Mas podemos interpretar também, dentro das comunidades menores, os micro-espacos de circulação de surdos e/ou ouvintes por exemplo. A formação de uma identidade surda ou ouvinte, passa pelo conceito de pertencimento, que está diretamente associado ao próprio conceito de identidade cultural. Segundo Hall (2006, p.8), as identidades culturais abrangem “aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais”. Podemos ler então, que o sentimento de pertencimento ao grupo ouvinte ou ao grupo surdo é um dos fatores que forma a identidade do sujeito ouvinte e do sujeito surdo. É certo que na maioria das vezes, estas identidades são cambiáveis e múltiplas, mas os grupos buscam um “eu” coerente que possa unificá-las.

Tanto surdos em suas comunidades, como os ouvintes em seus grupos de atuação, possuem esta sensação de pertencimento e, portanto, desenvolvem junto ao grupo a mesma “lealdade” e uniformidade de ações, que se refletem do discurso usado em defesa destes espaços.

Complementando mais uma vez com Hall que diz que “Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.” (2006, p. 50) Em outras palavras, nossas identidades são formadas a partir deste todo que envolve nosso grupo social e a forma como captamos a cultura do mesmo.

O que se está dizendo aqui, é que o mesmo padrão usado para interpretar uma cultura nacional, e a formação de uma identidade nacional, pode ser empregada para entender melhor a organização que se dá nas comunidades surdas e compreender a formação de uma cultura surda centrada em alguns arquétipos que a representam, segundo a mesma.

Outro exemplo para corroborar com esta afirmação pode ser visto novamente através de Hall (2006, p. 52):

Há a narrativa da nação [...] Essas fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários,

eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. Como membros de tal “comunidade imaginada”, nos vemos, no olho de nossa mente, como compartilhando dessa narrativa. Ela dá significado e importância à nossa monótona existência, [...].

Isto significa que, o que o grupo vivencia, acredita, segue e faz enquanto grupo ou unidade; é partilhado por cada indivíduo pertencente ao mesmo. Independente de estar na mesma vivência ou nas mesmas ações, cada indivíduo pertencente a este todo, sente-se parte das ações da comunidade. Em um grupo com identidade ouvinte adolescente das grandes capitais, por exemplo, isto pode ser expressado, através da mesma tendência linguística compartilhada. Em um grupo surdo adolescente de uma determinada comunidade, isto pode ser visto, por exemplo, através dos mesmos sinais usados como gírias por exemplo. O que a comunidade imaginada tem como experiência, cada indivíduo da mesma se sente representante, tendo-a vivenciado ou não.

Dentre as múltiplas identidades que compõem um indivíduo, é necessário salientar que uma irá se destacar de acordo com a situação que ele experimenta naquele momento. Esta faceta em maior evidência reflete a necessidade de identificação do indivíduo com aquele grupo naquela situação. Nada mais simples e comum, por exemplo, do que em uma discussão sobre futebol, que cada um deixe claro sua identificação com este ou aquele clube e que estes mesmos indivíduos numa danceteria, por exemplo, demonstrem prioritariamente seus gostos musicais. De acordo com a ocasião, o indivíduo destaca o que dele mais pertence aquele espaço.

Conforme Costa apud Darsie (2006, p.185):

A intenção relacional pode ser determinada pela busca afetiva, estética e comportamental, vinculadas a processos identificatórios pessoais que irão dar conformação a uma identidade coletiva, ou seja, a um conjunto de indivíduos que se agregam em determinados lugares do espaço por se identificarem em algum ponto, ou em vários que os unem, como o hábito de fumar.

Toda esta discussão de identidades serve primordialmente para deixar compreensível a formação que se dá das comunidades surdas e dos grupos ouvintes. E, quanto consciente ou inconscientemente estes grupos tentaram formar em torno desta unidade, uma base sólida que converta para o grupo todos os pertencentes a ele, deixando como excludentes os demais.

Mas onde visualizamos estas facetas identitárias? Onde isto pode ser visualizado para ser melhor compreendido? “Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos. Elas têm aquilo que Edward Said chama de suas “geografias imaginárias”...suas “paisagens” características, seu sendo de “lugar”, de “casa/lar”, ou heimat, bem como suas localizações no tempo- nas tradições inventadas que ligam passado e presente...” (HALL, 2006, p. 71-72) ou seja, existe um tempo e um espaço simbólico onde estas identidades atuam. Este tempo e este espaço podem ser entendidos desde a escola, casa, trabalho, internet, até um movimento social, tanto os frequentadores do shopping como os punks, possuem esta noção de tempo e espaço da sua própria identidade.

Se visualizarmos os prismas de identidade nas comunidades, é bem verdade que reconheceremos então uma identidade surda ao nos depararmos com um grupo surdo conversando animadamente em Libras. Assim como reconhecemos um grupo de jovens ouvintes ao vê-los falando alto, rindo e cantando uns com os outros. Mas onde está a faceta identitária do Deficiente Auditivo (DA)? Até esse momento ele está conceituado apenas clinicamente, o que não pode ser o único fator a formar a sua identidade.

O HIBRIDISMO

Mary Douglas argumenta que o que realmente perturba a ordem cultural é quando as coisas acabam em categoria errada; ou quando as coisas não cabem em nenhuma categoria – [...] mas flutuam ambigualmente numa zona híbrida instável, perigosa de indeterminação, de meio-termo. (HALL, 1997, p. 236)

O grande erro, em nossa opinião, se incorre quando ao tentar formar a coesão do grupo, os aspectos menos interessantes ou mais questionáveis são retirados. Hall (2006, p. 55) salienta que "A identidade nacional é também muitas vezes simbolicamente baseada na idéia de um povo ou folk puro, original." Esta idéia na verdade é falsa como o próprio autor finaliza, mas é o mesmo princípio usado para a agregação de pessoas em um grupo. Em geral, acredita-se que todos ali têm as mesmas identidades, são "puros" naquilo em que se determinam a pertencer. Comparando novamente com o estudo de Hall sobre as culturais nacionais (2006, p. 59), "não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencentes à mesma e grande família nacional." Isto não significa que não haja dentro dessa pseudo-universalidade, diferenças. Mas significa que elas são "ajustadas" de modo a parecerem mais coesas, do que de fato muitas vezes são. Algumas identidades são subordinadas à identidade do todo, criando esta falsa idéia de consenso, coesão e unificação absoluta. Todas estas identidades são "atravessadas por profundas divisões e diferenças internas", como sentencia o próprio Hall. Mas elas continuam a ser representadas como unificadas para fortalecimento do todo. Tem-se claro que elas não eliminam estas diferenças, mas elas mascaram.

Essas representações generalizadas esquecem as diferentes identidades que hibridizam o sujeito surdo, por exemplo, que podem servir de referencial maior a este sujeito. Exemplo, o sujeito surdo que fala, o que possui resto auditivo, o que não conhece Libras, o que conhece parcialmente Libras, o que, ao qual, nunca foi dada oportunidade de comunicação, o que ainda usa gestos caseiros, o que domina plenamente Libras, etc... todos estes sujeitos possuidores de uma variada gama de experiências sociais, políticas, econômicas, culturais e familiares não podem ser enquadrados em identidades estanques, dentro de territórios fixos e discursos sólidos.

Para retomar Hall (2006, p. 16):

A sociedade não é, como os sociólogos pensaram muitas vezes, um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, produzindo-se através de mudanças evolucionárias a partir de si mesma,[...] Ela está constantemente sendo "descentrada" ou deslocada por forças fora de si mesma.

Para entender esta colocação de outra forma; poderíamos dizer que a sociedade está em constante tensionamento interno e externo, sendo jogada em todas as direções, pois não há um núcleo seguro e centralizado que a mantenha. E que tanto as comunidades surdas como as ouvintes, não são tão unificadas, delimitadas, coesas e uniformes como imaginam. Seguindo ainda esta linha de pensamento para a discussão, vale lembrar que se a identidade muda e não é automática; ela tornou-se, segundo Hall (Op.Cit.), politizada. Um processo muito mais associado a uma política de diferença do que a uma política de identidade original. O sujeito é surdo, porque assim foi construído e posicionado e não porque nasceu sem audição.

Dentro de todo esse processo de formação de novas identidades ou reorientação das velhas, nota-se que, para o grupo dominante, as minorias são sempre vistas como um bloco único. Hall ainda coloca, "...mas que elas são vistas e tratadas como "a mesma coisa"... como o "outro" pela cultura dominante." Para o grupo que domina, aquelas comunidades que não fazem parte dela, são unificadas no olhar, embora possuam uma gama de diferenças internas. Este posicionamento reforça o que já foi dito sobre etnocentrismo. Visão muito utilizada entre grupos, comunidades, sociedades e países em situação desigual ou desproporcional.

Rocha (1989, p. 75) ao analisar a sociedade etnocêntrica em que se vive salienta,

O etnocentrismo está calcado em sentimentos fortes como o reforço da identidade do “eu”. [...] Para uma sociedade que tem poder de vida e morte sobre muitas outras, o etnocentrismo se conjuga com a lógica do progresso, com a ideologia da conquista, com o desejo de riqueza, com a crença num estilo de vida que exclui a diferença.

A visão etnocêntrica se impõe como superior, mais desenvolvida, mais abrangente; mesmo sem o ser. Recordando aqui a fala dos estudiosos clínicos que associam um possível retardo da sociedade, em caso de não haver a audição. A identidade neste caso, sempre é feita com o “eu” e nunca com “o outro”, mas sua base de partida é sempre o outro.

É preciso lembrar que toda a identidade possui fatores externos e internos, o primeiro que se define a partir de algo que lhe é exterior, portanto diferente e o segundo que precisa demonstrar essa diferença e apresentar o elo de identificação. Partindo da ideia de que estas identidades não são estanques, essas diferenças citadas também não serão. Ou seja, os elementos diferenciais serão variáveis, conforme os múltiplos fatores que o cerquem predominantemente naquele momento, desta forma podem ser concebidas algumas questões: a surdez será sempre o fator determinante? Ou a questão de gênero, faixa etária, nacionalidade, grau de instrução, etc., será mais importante? Outra simples pergunta que não encontra até o momento uma resposta adequada.

Esta discussão pode fazer um paralelo com outra, levantada por Bauman sobre a questão dos guetos, segundo o autor: “Eles costumavam ser mini-sociedades, [...] Também forneciam a seus residentes certo grau de segurança e pelo menos um sopro do sentimento de *chez soi*, de estar em casa, indisponível aos de fora.” (2005, p. 102). O gueto criado tanto por ouvintes como por surdos, apenas define culturalmente se os obstáculos de acesso estão do lado de dentro ou de fora do mesmo, ou seja, os discursos binários formaram dois grandes guetos culturais, e quem a eles não se sente pertencente, está do lado de fora do gueto, e sua própria condição de ouvinte para o gueto surdo ou surdo no gueto ouvinte; é o obstáculo que o coloca pra longe desse “espaço” social.

Esta binariedade contraditória coloca para fora do gueto o clinicamente constituído, “deficiente auditivo”, este que não possui nem gueto próprio nem identidade cultural afirmada. Esse “diferente” que mistura características de surdos com ouvintes, é despossuído de parte da audição e mascarado (sem intencionalidade) como usuário da língua oral-auditiva. Ele acaba por formar e ocupar a fronteira destes guetos culturalmente já constituídos, classificados e normatizados dentro de suas próprias concepções. Ele é o híbrido, o resultado da mistura.

Analisando as comunidades, Bauman chega ao conceito de “mesmice” que significaria a ausência do outro, especialmente deste outro que se fundamenta como diferente apesar dos esforços em maquiá-lo ou até dissolver sua diferença. Este outro é visto como ameaça, “Na figura do estranho (não simplesmente o “pouco familiar”, mas o alien, o que está “fora de lugar”), o medo da incerteza, fundado na experiência da vida, encontra a largamente procurada, e bem-vinda, corporificação.” (2003, p. 104) Se relacionarmos esta observação com surdos e ouvintes, veremos que este “alienígena” é o Deficiente Auditivo, fora de lugar entre ouvintes por não ouvir plenamente e fora de lugar entre os surdos, por ouvir parcialmente. A corporificação é a resistência criada (e todos os mecanismos dela) para que ele permaneça fora dos guetos. Não há espaço para o híbrido dentro de um conceito binário.

O D.A. E A CULTURA

Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes- uma

jaula flexível e invisível dentro do qual se exercita a liberdade condicionada de cada um.
(GINZBURG, 1987, p. 25)

Edward Tylor criou o termo inglês “culture”, resultado da junção da palavra alemã Kultur, que estava relacionada aos aspectos espirituais, e do vocábulo francês “civilization”, que seriam os feitos materiais. Dessa forma, cultura era definida, como toda a possibilidade de realização humana. Tentando analisar a cultura surda e a ouvinte a partir do próprio conceito de cultura, esboçado por Tylor** podemos sintetizar:

** – Edward Tylor (1832-1917) o primeiro estudioso a formalizar um conceito de cultura amplo, no final do século XIX. Seu principal objetivo era fugir da idéia de aquisição inata, queria marcar o caráter de aprendizado da cultura.

Tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. (apud LARAIA, 1998, p. 14)

Usando este conceito, teremos uma fronteira permeável entre surdos, D.A.s e ouvintes, tanto quanto se usarmos o conceito de Robert Braidwood, que diz “Quase se pode dizer que a cultura vive na mente das pessoas que a possuem. Mas as pessoas não nascem com a sua cultura. Adquirem-na à medida que crescem no convívio social”. (COTRIM, 1996, p. 24) Ginzburg (1987, p. 12) chega a propor o caráter de “circularidade” entre as culturas, um movimento circular que seria de influências recíprocas entre grupos culturais diferentes***. Maura Lopes afirma cultura, “Como um conjunto contestado e em constante tensionamento de práticas de representação intimamente relacionadas aos processos de (re)composição de diferentes grupos sociais”. (apud THOMA e LOPES, 2004, p. 37)

*** – Inicialmente, Ginzburg propõe a circularidade entre cultura das classes dominantes e cultura das classes subalternas.

Utilizando os apontamentos de cultura citados por Tylor, Braidwood, Ginzburg e Lopes, teremos um território vasto com fronteiras mais tênues e igualmente mais pertinentes para abranger a sociedade (surdos, Deficientes Auditivos e ouvintes) com suas múltiplas características. Apesar da antiguidade dos dois primeiros conceitos, eles ainda hoje podem ser sugeridos e intercalados com os demais escritos, que visam uma especificidade.

Não há um conceito de cultura ouvinte claramente definido, mas pode-se estruturá-lo a partir do conceito de cultura surda. Quadros (2006) define; “Entende-se cultura surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos”; este conceito no entanto não abarca a totalidade dos indivíduos surdos e soa vago. Para melhor entendimento, vamos complementá-lo com Lopes (2007, p. 9)

Culturalmente produzimos o normal, o diferente, o anormal, o surdo, o deficiente, o desviante, o exótico, o comum entre outros que poderiam compor uma lista infindável de sujeitos. [...] Qualquer escolha será sempre feita a partir de interpretações e representações que construímos [...].

Se nós produzimos os sujeitos, e cultura abrange um todo construído pelo indivíduo em sociedade, reafirmamos o que já foi dito anteriormente: construímos (em algum momento do passado) a bipolaridade “surdos versus ouvintes”, tanto nos aspectos clínicos como culturais e “esquecemos” do sujeito que se encontra tensionado por estes dois conceitos – o deficiente auditivo.

A ênfase na representação e o papel-chave da cultura na produção dos significados que permeiam

todas as relações sociais levam, assim, a uma preocupação com a identificação. [...] A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência [...] (Woodward in: SILVA, 2000, p. 18)

Esta observação da autora nos leva a questionar: Por que este sujeito (D.A.) só foi construído clinicamente? Se a cultura molda a identidade com base na experiência, qual é a experiência do D.A.? Por que não há uma definição cultural que o abarque? Por que mesmo quando falamos no todo que é a cultura, ele ainda continua à margem? Uma possível resposta inicia-se recordando que ele é o “alien” para os demais guetos culturalmente constituídos.

Thoma, (2006, p. 24) orienta o caminho:

[...] em tempos que as identidades se apresentam como fragmentadas, móveis, cambiáveis, não podemos mais dividir o mundo em fronteiras nítidas e fixas. A pureza das identidades é um equívoco do ambicioso projeto moderno e olhar o mundo de forma mais plural ajudará a desconstruirmos nossas próprias verdades [...].

Woodward vai fazer relações dentro do “circuito da cultura*” argumentando que “Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.” (Op. Cit.) Fica sub-entendido que cada sujeito fala a partir de sua posição e esta é resultante de um intrincado sistema de discurso e representação que perpassa e molda a cultura do sujeito.

* – Esquema criado por Paul de Gay et alii (1997) citado por Woodward (in: SILVA, p. 68-69) que prevê vários processos pelos quais os artefatos culturais circulam, desde a representação, identidade e produção, até o consumo e regulação.

Neste momento abre-se espaço para a inserção do deficiente auditivo para além de sua falta parcial de audição. E não é só para o D.A. que estamos abrindo espaço, abre-se caminho a uma infinidade de novos sujeitos potencializados pelo enfraquecimento das fronteiras rígidas dos guetos. Hall (2006, p. 88) coloca “Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições [...]”, ou seja, que se deslocam entre os antigos extremos conceituados. E lembrando o que o próprio Hall sentenciou (in: SILVA, 2000, p. 112), “As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós.”

Isto não quer dizer, no entanto, que os parâmetros deixaram de existir e o discurso do multiculturalismo é a única chave para o entendimento da sociedade, e neste caso, dos discursos e estudos que abarcam a audição. Dizer simplesmente que na atualidade todas as culturas se sobrepõem e que nenhuma tem destaque especial, as identidades transitam e nada pode ser esclarecido; não é a premissa da qual devemos partir para entender o tensionamento das identidades e dos territórios hoje.

Bauman de forma irônica explica sua visão da fala dos intelectuais defensores do multiculturalismo:

Perdão, mas não podemos resgatá-lo da confusão em que você se meteu. Sim, há confusão sobre valores, sobre o sentido de “ser humano”, sobre as maneiras certas da vida em comum. Mas depende de você encontrar seu próprio caminho e arcar com as consequências caso não goste dos resultados. Sim, há uma cacofonia de vozes e nenhuma será cantada em uníssono, mas não se preocupe: nenhuma canção é necessariamente melhor que a próxima, e, se fosse, não haveria maneira de sabê-lo – por isso fique à vontade para cantar (compor se puder) sua própria canção (de qualquer maneira, você não aumentará a cacofonia; ela já é ensurdecadora e uma canção a mais não fará diferença). (2003, 112)**

** – Bauman diz ainda de maneira quase poética, que esta resposta de multiculturalismo “está se tornando rapidamente o cânone da “correção política”; mais, ela se torna um axioma que já não precisa ser explicado, um prolegômeno a toda deliberação futura, a pedra de toque da doxa: não propriamente um conhecimento, mas a suposição tácita, impensada, de todo pensamento que mira o conhecimento.” (2003, p. 112)

Neste comentário, de forma brilhante, ele nos diz que o multiculturalismo é uma boa desculpa moderna, usada por alguns intelectuais que não conseguem compreender (ou não querem) a condição humana e suas identidades, preferindo refúgio nessa terminologia. Ele chega descrevê-la como a “ideologia do fim da ideologia.” (Op. Cit.) e profetiza, “Num mundo de “multiculturalismo”, as culturas podem coexistir, mas é difícil que se beneficiem de uma vida compartilhada.” (p. 122)

O medo maior é o de transformar esta visão de multiculturalidade em uma de “multicomunitarismo”, onde as diferenças culturais de todos os tipos formam barreiras intransponíveis pelos sujeitos das mesmas e os sitiados fazem a defesa do grupo. Trazendo esta discussão para o estudo deste trabalho, seria dizer que em muitos casos, esta multiculturalidade corre o risco de escorregar para a formação de guetos tão fechados hermeticamente, que não permitem a entrada de nenhum diferente com medo de que essa diferença jogue por terra as muralhas construídas. Exemplo mais claro, de forma geral tanto o surdo e o ouvinte têm receio de que o outro “invada” seu espaço e “manche” sua identidade de forma a ela não ser mais pura, mais única, mais segura. E para combater esta possibilidade, rejeitam a presença da diferença, aqui marcada pelo D.A. também.

A importância dada à segurança com que se apega Bauman em seus escritos representa a tentativa de demonstrar as comunidades e seus guetos, que só haverá enriquecimento cultural mútuo e trocas entre as culturas, quando as mesmas se sentirem seguras em seus próprios territórios. Esta criação moderna (o discurso da insegurança) acaba por fragmentar cada vez mais as grandes comunidades, formando guetos mais coesos, mais uniformes e com menos possibilidade de tensionamento e deslocamento dos sujeitos. Em nosso caso, para reafirmarem seus espaços, os surdos e os ouvintes se combatem cada vez mais, usando como subterfúgio os marcadores culturais estanques.

Todo este discurso abre espaço novamente ao sujeito híbrido (D.A.), e Hall aponta, “As pessoas pertencentes a essas culturas híbridas têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico.” (2006, p. 89) Não há como o D.A. imergir na cultura ouvinte e se tornar um ouvinte, nem como mergulhar na cultura surda e constituir-se unicamente como sujeito surdo. Ele é/está na fronteira destes espaços e precisa construir sua identidade flutuante, tensionada, e acima de tudo – real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que tentamos demonstrar aqui foi a possibilidade de existência de um território entre as fronteiras identitárias de ouvintes e surdos, tal território é ocupado pelo deficiente auditivo (D.A.), que inicialmente foi construído a partir de discursos clínicos, mas que é/está/precisa ser constituído também por uma identidade própria. E que a mesma é flutuante e tensionada pelos demais territórios.

Na verdade, esta provável identidade D.A. é resultado da mistura e influência recebida por este sujeito parcialmente surdo e ao mesmo tempo ouvinte. Ele é híbrido, misturando todas as experiências que recebe de forma a construir sua identidade a partir do seu “eu” em oposição ao “outro”. E como assinalou Hall (2006, p. 89), “As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia.”

Este D.A. não está só nesta fronteira, outros similares e diferentes a ele, mas não compreendidos como surdos culturais ou ouvintes funcionais plenos, estão a lhe fazer companhia. Embora possa não parecer, esta “terra de fronteira” é muito mais extensa do que parece e abarca inúmeros sujeitos expulsos dos demais guetos por não se enquadrarem totalmente em seus conceitos próprios de comunidade. Neles estão os usuários de aparelhos auditivos, os surdos que desconhecem sinais, os que ouvem mal, mas falam razoavelmente, os que se apóiam em uma oralização a toda prova, os que se disfarçam de ouvintes por medo e/ou preconceito, os que tornaram-se surdos após longo período ouvinte, quiçá até os implantados.

Todos os frutos de uma audição não total, mais ainda assim audição e de um olhar diferenciado sobre o mundo e sua realidade, pois, se lhes falta algo, o compensam com a experiência adquirida por esta mesma falta. Não há uma forma estanque, pura e única de ser parcialmente surdo e não plenamente ouvinte, o que há é um espaço que possibilita um deslocamento, sem um eixo centralizado e demarcatório.

Hall (1997, p. 234) usa a linguística para argumentar: “A diferença é importante porque é essencial ao significado; sem ela, o significado não teria como existir.” Fazendo outro analogismo com o estudo em questão, a diferença entre os sujeitos aqui trabalhados é a marca que a partir do outro, os constituem, em foco: o D.A. é assim constituído pela sua diferença em relação ao surdo cultural, sem essa diferença ele não existiria e ela vai além da questão clínica de diferentes graus de perda auditiva, como muitos estudiosos afirmam.

Tanto o ouvinte como o surdo utilizam de papéis etnocêntricos para definir e conceituar o D.A., no entanto reduzi-lo a uma nomenclatura de cunho clínico-terapêutico, não lhe tira a essência do significado que mesmo relacional e tensionado, lhe marca. Até porque, contraditoriamente, a própria visão etnocêntrica impede de diluí-lo dentro de uma ideologia multiculturalista, onde sua diferença seria anulada. Usando de Hall novamente (Op. Cit.)

A marca da “diferença” leva-nos simbolicamente a cerrar as fileiras, estear a cultura e estigmatizar e expulsar qualquer coisa que seja definida como impura, anormal. Todavia, paradoxalmente, também torna a “diferença” poderosa, [...] uma ameaça à ordem cultural.

Interessante pensar que essa mesma classificação etnocêntrica, que lhe delimita um “statu quo*** ” clínico lhe imbuindo de padrões e fronteiras, é o que o afirma e imputa a diferença cultural, pois ele só é expulso dos guetos por oferecer uma ameaça real a ordem cultural. Se ele fosse apenas um sujeito clínico, não teria porque ser isolado dos guetos binários formados. Se ele é segregado é porque os demais reconhecem sua posição de sujeito para além da terminologia clínica.

*** – Statu quo é uma redução da expressão latina [in] statu quo [ante], que significa, literalmente, “no mesmo estado em que se encontrava antes”.